



**Exmo. Sr.**

**Presidente da CML**

Cc. A todos os Vereadores

## **A urgência por um edifício único e digno para o Arquivo Municipal de Lisboa**

Os subscritores desta exposição procuram por esta via sensibilizar o Executivo sobre a necessidade urgente em criar na cidade um espaço digno, funcional e acessível para o Arquivo Municipal, com a capacidade de albergar as valências dispersas pela cidade, algumas em risco de perderem o seu acervo documental de forma irreversível face ao atual estado de conservação do edificado e ao facto de este ser de utilização mista (arquivo e habitação). Este é um processo que deverá envolver impreterivelmente os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), enquanto profissionais altamente especializados e cujo conhecimento não pode ser desvalorizado.

Nos últimos anos os trabalhadores afetos à Divisão de Arquivo Municipal (DAM) têm desenvolvido um conjunto de iniciativas reivindicando uma solução para o AML, nomeadamente na construção de raiz ou reabilitação de um edifício que permita albergar em exclusivo as várias valências que integram este importante serviço público municipal. Para além do Arquivo Histórico do AML, importa valorizar igualmente o acervo da Videoteca e do Arquivo Fotográfico. A conjugação destes vários equipamentos num edifício único que deverá respeitar logicamente todas as normas, nacionais e internacionais, para a construção de um arquivo.

No caso do Arquivo Geral e Histórico, transferido das Torres do Alto da Eira em 2004 para o Bairro da Liberdade em Campolide, numa solução temporária que infelizmente se prolongou até aos dias de hoje, muitos são os problemas apontados pelos trabalhadores e pelo seu Sindicato, o STML. Referimo-nos a alguns problemas estruturais, mas também a sucessivos episódios de infiltrações, à degradação paulatina do edificado, bem como a ausência de ventilação e climatização adequadas. Uma visita a estas instalações poderá confirmar estes factos.

Se algumas destas questões foram e outras poderão ser alvo de intervenções no futuro imediato, procurando minimizar os constrangimentos referidos, há, porém, uma questão de fundo que não será possível solucionar enquanto o AML não for instalado num edifício único e digno. Trata-se do facto de estar instalado num edifício de utilização múltipla, nomeadamente com a vertente habitacional, contrariando todas as normas e recomendações nacionais e internacionais referentes ao depósito, acondicionamento e conservação dos documentos de carácter ímpar à sua guarda. Sublinhe-se que o AML detém documentação não só produzida pela Câmara Municipal desde o início do século XIII, como também por outras entidades (é o caso dos vários espólios particulares de arquitetos portugueses ou dos trabalhos de diversos fotógrafos) e continuará a integrar novos documentos no seu acervo.

Cabe, portanto, à Câmara Municipal e aos seus atuais responsáveis máximos, definir como política prioritária para esta realidade, uma solução concreta que permita efetivamente garantir e preservar a identidade e a memória histórico-cultural da cidade de Lisboa, para o presente e para o futuro, enquanto uma das mais importantes e antigas capitais da Europa.

Em suma, urge um edifício único, adequado e funcional para o Arquivo Municipal de Lisboa, integrando como referido todas as suas valências, sem descurar a importância em refletir e decidir adequadamente sobre a sua localização geográfica e respetivas acessibilidades.

**Lisboa, Setembro de 2022**